

Itamar manda cortar orçamento

Decisão do STF sobre IPMF representa US\$ 2,4 bilhões a menos nos cofres federais este ano

BRASÍLIA — Para compensar a perda de receita com o fim do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), decretado pelo Supremo Tribunal Federal, o presidente Itamar Franco anunciou ontem à noite que promoverá cortes correspondentes nas despesas públicas. Após a decisão do Supremo, o presidente reuniu-se no Palácio do Planalto com os ministros da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, da Justiça, Maurício Corrêa, e com o advogado-geral da União, Geraldo Magela Quintão, para discutir o assunto.



Logo que soube da decisão do STF, o presidente da Federação Brasileira das Associações dos Bancos, Alcides Tápias, recomendou aos bancos que suspendessem a cobrança do imposto já a partir da zero hora de hoje. Mas sugeriu que os bancos mantenham registrado os valores que cada cliente teria de recolher do IPMF até que saia a decisão final do STF.

Em nota de próprio punho, divulgada às 20h30, o presidente Itamar Franco manifestou-se apreensivo "com as repercussões orçamentário-financeiras da referida sentença judicial", uma vez que o IPMF ampliava as receitas do Tesouro. Na nota, o presidente informa que o Poder Executivo analisará, por seus órgãos técnicos, toda a extensão da decisão para determinar os cortes necessários nas despesas do governo.

Assim que a decisão do Supremo foi anunciada, o presidente,



Cardoso discutirá na Câmara mudança nas contas do governo

por meio do porta-voz Francisco Baker, avisou que não faria nenhum comentário. Mas o líder do governo na Câmara, Roberto Freire, apresentou a posição do governo. "Vamos ter de mudar tudo", anunciou.

O Ministério da Fazenda esperava arrecadar mensalmente US\$ 600 milhões com o IPMF, o que daria uma receita de US\$ 2,4 bilhões até dezembro. Sem esses recursos, o orçamento volta a apresentar déficit.

Para equilibrar as contas, Cardoso realizou um corte de US\$ 6 bilhões nas despesas programadas, aumentou o combate à sonegação e fez gestões políticas

para a aprovação do imposto sobre os cheques. A aprovação do cortes de 50% das emendas dos parlamentares só foi possível porque o governo se comprometeu a

fazer um cronograma de liberação do restante das verbas programadas. Cardoso irá à Comissão de Finanças da Câmara, para discutir as mudanças no orçamento.

O deputado Aloízio Mercadante (PT-SP) disse vai apresentar um projeto de lei que destinará os recursos arrecadados até agora pelo governo com o IPMF ao programa de combate à fome.

■ Mais informações na página 11

Para deputado, governo falhou

RAUL PILATI

BRASÍLIA — O deputado Luiz Salomão (PDT-RJ), líder do partido na Câmara, disse ontem que a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de derrubar o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF) foi influenciado pelos meios de comunicação.

"O governo não soube vender a ideia do IPMF, as pessoas acreditavam que todos iriam pagar", criticou. Para o deputado, em consequência da decisão do Supremo, o Tesouro Nacional deve devolver o que já arrecadou.

Sonegação — Pela incapacidade de "vender" o imposto, segundo o deputado, o governo perdeu uma oportunidade de identificar e mapear a ação dos sonegadores no País. "Foi por esse motivo que o PDT votou à favor do IPMF", disse. A noção de que todos os contribuintes pagariam o novo imposto contaminou os assalariados e a mídia, segundo o deputado.

Ele lembra que quem ganha até dez salários mínimos está isento, pois, apesar de recolher o IPMF, recebe um desconto proporcional na contribuição social. Salomão considerou um "perigo precedente" a decisão do Supremo de derrubar uma emenda constitucional votada pelo Congresso Nacional.

Suplicy quer discutir o novo plano

Senador já entregou requerimento ao presidente do Senado convocando o ministro

RIBAMAR OLIVEIRA

BRASÍLIA — O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) quer que o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, discuta com o Congresso as medidas que farão parte da segunda etapa do seu programa de estabilização econômica. "Em sua entrevista, na terça-feira, o ministro anunciou que está por realizar a segunda etapa de seu plano", disse o senador petista. "Qualquer que seja a medida a ser adotada, ela precisa ser precedida por um amplo debate e por uma

nado, Humberto Lucena, com os líderes dos partidos políticos e nenhum deles apresentou objeção. "Acredito que na próxima semana ele será aprovado e o ministro terá 30 dias para comparecer ao plenário", disse o senador petista.

O senador Eduardo Suplicy explicou que todas as propostas de estabilização da economia brasileira prevêem uma discussão ampla antes de serem implementadas, ao contrário dos choques anteriores.

"O Banco Mundial tem feito recomendações para o Brasil adotar um Conselho de Moeda e uma política baseada em lastro estrangeiro", informou Suplicy. "O economista André Lara Rezende, hoje na equipe econômica, publicou trabalhos propondo caminho seme-

lhante e o economista Paulo Nogueira Batista Jr tem aconselhado uma política de estabilização baseada em lastro nacional", disse. "Mas todos consideram que essas políticas não podem ser impostas de surpresa", emendou Suplicy.

O deputado Roberto Campos (PRR-RJ) disse



Suplicy: Cardoso no Congresso

que se o fim dos índices de indexação da economia poderia forçar uma corrida aos ativos reais, como dólar, imóveis e automóveis. Criador da correção monetária, em 1964, quando ocupava o Ministério do Planejamento, Campos acredita que, antes de desindexar a economia, o governo precisa convencer a sociedade "que fez um ajuste fiscal sério e que não vai recorrer ao mercado para financiar seus títulos". "Seria como querer combater a febre quebrando o termômetro", comparou.

SUPLICY
CONSIDERA
"IMPORTANTE"
DEBATER NO
CONGRESSO
AS MEDIDAS DE
ESTABILIZAÇÃO

Política de aumentos é vaga promessa

ROLF KUNTZ

Só por adivinhação é possível saber se as tarifas públicas subirão mais ou menos do que os outros preços, com base na política anunciada pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. A nova orientação é conduzir os reajustes, a partir de outubro, de acordo com a planilha de custos. Nenhum mandamento determina que a alta desses custos, incluídos salários, matérias-primas, transportes e câmbio, deva ser menor que a inflação, seja qual for o índice escolhido. Além disso, o comitê encarregado também deverá levar em conta, em cada caso, se a empresa precisa ou não de recursos adicionais. Feito o balanço, o ministro só prometeu que o governo fará o que achar melhor.

No fim do ano passado, o governo decidiu frear seus aumentos. Foi a repetição de um truque antigo e os resultados foram os

previstos: a inflação continuou a crescer e o setor estatal teve perdas reais. A recuperação começou em maio, com grande impacto nos índices de custo de vida. Neste ano, até a primeira quadrissemana de setembro, o índice de preços ao consumidor da Fipec subiu 916,7%. O custo da eletricidade, para as famílias, aumentou 10,24,1%, o do gás de buda, 936,9%, o da gasolina, 1.044,1%, e o do serviço telefônico, 728,3%. Os preços do setor público, em julho, deixaram longe a inflação. Os maiores aumentos foram os da energia elétrica, 59,6%, e os de serviços do correio, 50,9%. Sobraram como exceções ferro e aço, produzidos por empresas próximas da privatização.

Em julho, o governo prometeu vincular seus preços e tarifas à evolução dos custos, mas a política não se alterou até agora. Anteontem, ao renovar a promessa, técnicos do Ministério da Fazenda anunciaram a edição

de normas oficiais para reajustes. A intenção, segundo disseram, é manter os valores reais alcançados até a nova orientação entrar em vigor. Isto, naturalmente, com as exceções previsíveis. Os investimentos deste ano ficaram abaixo dos programados. No primeiro semestre, as empresas federais investiram 16,5% menos do que um ano antes. Só aumentaram as aplicações de Itaipu (13,7%). Qualquer tentativa de ampliar os programas poderá comprometer a política de contenção.

A queda do preço externo do petróleo, assim como a extinção da regra de aumentos reais para a eletricidade, é um dado circunstancial. Nada disso pode servir como base para uma política. E política, mesmo, não se anunciou. Apenas se passou mais um atestado de incompetência ao próprio governo, com a ideia de se contratar a Fundação Getúlio Vargas para analisar as planilhas de custo.

Indexação não tem significado para os alemães

WILLIAM WAACK
Correspondente

BERLIM — Indexação é uma palavra que os alemães associam no máximo às listas de livros e obras que a Igreja proibia alguns séculos atrás. Para a economia, não tem o menor significado: sequer durante a famosa inflação dos anos 20, que pulverizou as economias de milhares de pessoas, os alemães experimentaram qualquer coisa parecida com o sistema brasileiro de amarrar preços, custos, rendimentos e salários a índices diversos.

Negociações salariais na Alemanha, por exemplo, também dependem de índices, mas são sobretudo números relativos ao crescimento econômico do país e ao aumento (ou não) de produtividade. É claro que a taxa de inflação — no momento em torno de 4% ao ano — é um dado óbvio que orienta diretamente o comportamento de atores econômicos, mas não ocorreu ainda a ninguém a ideia de ajustar preços ou salários automaticamente aos índices de custo de vida elaborados, por exemplo, pelo Departamento de Estatística de Wiesbaden.

A Alemanha é um dos países com maior taxa de poupança privada do mundo e, em tempos de recessão, essa tendência aumenta. Aposentados ou assalariados costumam defender seu poder de compra fazendo depósitos a prazo fixo ou em diversos tipos de "cadernetas de poupança" — existem diversos mecanismos suportados pelo Estado para ajudar assalariados na formação de capital — que atualmente oferecem pouco mais do que 2,5% de juros reais.

Um alemão comum normalmente nem sabe dizer quanto está valendo o dólar ou qual foi a taxa de prefixação de um título mobiliário qualquer: existe uma sólida crença — talvez um dos elementos políticos mais importantes do país — na solidez e estabilidade da moeda, e aumentos de preços em transporte público são anunciados com enorme antecendência, provocando protestos.

Impensável em economias como a alemã são contratos com valores atrelados a algum tipo de índice, como ocorre no Brasil sobretudo no campo da construção civil. A vida torna-se por isso mesmo muito mais simples e fácil: dinheiro é dinheiro, dá para saber bastante bem quanto vai valer no final do ano e até no final do ano que vem ou mesmo da década.